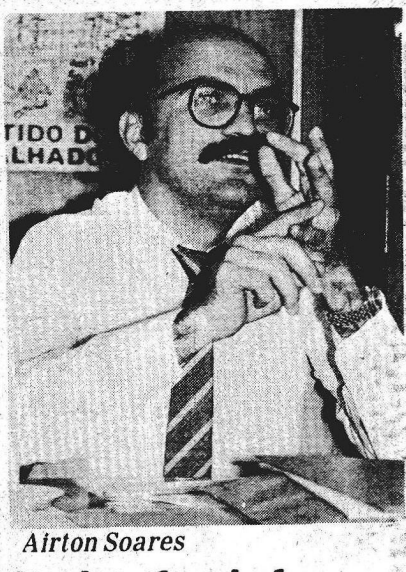




Airton Soares

Lei salarial, teste de fogo dos pequenos

RITA MARIA

Da Editoria Política

Embora estrategicamente empurrado para setembro, o teste de fogo dos pequenos partidos no Congresso será a votação do decreto-lei que modificou a política salarial. Por ela se terá o quem é quem em termos de oposição, e se saberá o peso do PTB como fiel da balança e da sua intenção de manter-se como partido "não alinhado", capaz de pender para o lado de suas conveniências políticas em cada um dos momentos críticos da vida nacional. Esta é a grande incógnita da nova legislatura.

O PT não mudará seu jeito de atuar: agressivo, independente, crítico, sem transgredir dos princípios básicos político-partidários. O PDT de Leonel Brizola poderá ter que analisar algumas situações, como um partido isolado dentro dos 10 Estados governados pela oposição, mas nem por isso disposto a conceder. Já o PTB continua a incógnita oposicionista, na medida em que se nega a firmar um acordo definitivo com o PDS e não definiu ainda o que significa esta legenda calcada no trabalhismo histórico e que tem como grande sustentáculo a sua sigla.

Nesse quadro de expectativa, o PMDB persiste em considerar o PTB como partido de oposição, perseguindo um objetivo maior: formar o bloco oposicionista que mudaria todo o quadro político no Congresso. Os peemedebistas acham que os petebistas não pretendem perder a importância que se diluindo no PDS, uma esperança que embala as demais lideranças.

Dentre deste quadro, os pequenos partidos crescem de importância, porque serão o instrumento disponível ao Governo para formar uma eventual maioria quando tratar-se de aprovar projetos de seu interesse, ou para neutralizá-los. A grande incógnita do novo Congresso fica para os pequenos: se se juntam ao PMDB, como seria mais lógico e dispensam interveniências pedessistas. Contudo, o grande partido oposicionista sofre crises que podem afastá-lo do alvo.

Algumas das últimas evidências provam as dificuldades e peemedebistas, como a eleição do líder, que substituiu a tendência radical pela moderada ao escolher Freitas Nobre, cortando conseqüentemente as asas do jovem Pimenta da Veiga. A influência do governador Tancredo Neves foi mais uma vez decisiva e mostra que sua grande força poderá ser invocada outras vezes, nos períodos mais críticos. Isso seria mais um indicio de que o PMDB precisará conversar também e não terá espaço para radicalizar, porque a caixa de surpresas pode lhe ser desfavorável.

As dúvidas se concentram no PTB, quando o assunto é pequeno partido. Todavia, não se pode esquecer a influência do ex-presidente Jânio Quadros, um homem que com seu milhão de votos contribuiu para eleger 11 deputados na bancada de São Paulo e se transformará em voz abalizada nas articulações, exigindo, como é do seu estilo, participação e espaço. Essa ação exigindo, como é do seu estilo, participação e espaço. Essa ação acabaria também neutralizando em parte a tendência moderadora da presidente Ivete Vargas, a outra figura importante além da legenda do partido.

Nos primeiros contatos os pequenos e grandes conseguiram um acordo relativo a composição para a formação da mesa da Câmara. Mas este não pode ser entendido como um fato que tipificará as demais negociações, porque agora os interesses serão outros. O PDS sabe que não tem como radicalizar, na medida em que o partido exige participação no governo e uma mudança radical na forma de relacionamento com o poder central, que pode indispor parte da bancada com a liderança e criar um clima de crescentes desentrosamento ou rebeldia.

No quadro das perspectivas para os pequenos, porém, existe um trunfo que não pode ser ignorado: essas legendas precisam sobreviver em 1986 e as urnas de novembro passado provaram que se estivessem em vigor as exigências de representatividade, todos estariam riscados do cenário nacional. Deste modo, a formação do bloco oposicionista poderia ser trabalhada sobre esta "data certa de morrer", no caso de prevalecer o interesse em isolar o PDS como partido de governo.

Ou, ao contrário, ter em vista sempre que o PDS possui poder de barganha e pode funcionar para eliminar as exigências existentes na legislação para os pequenos, pelos seus 235 deputados. Assim, de alguma maneira, PT, PTB e PDT acabam na mão do PDS e terão que conversar também com o PMDB.